

Novo currículo escolar

■ Covas promete incluir o ensino religioso na rede

JOSÉ MARIA MAYRINK

SÃO PAULO — O governador de São Paulo, Mário Covas, prometeu ao cardeal-arcobispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, assinar convênio com o Movimento Fraterno de Igrejas Cristãs (Mofic) para introdução do ensino religioso obrigatório na rede estadual de educação. Covas garantiu ao cardeal que vai assinar o documento, apesar do parecer contrário de uma comissão da Secretaria Estadual da Educação, que contou com a assessoria de professores da Universidade de São Paulo (USP).

Padres e pastores das igrejas Anglicana, Católica, Luterana, Metodista, Presbiteriana Unida e Armênia Apostólica, que compõem o Mofic, reuniram-se ontem para acertar detalhes do projeto de educação religiosa que,

na próxima semana, deverá ser submetido a seus superiores.

De acordo com os religiosos, o programa será ecumônico, voltado para o diálogo e marcado pelo respeito a todas as convicções. "Não queremos discriminar nem destruir ninguém", afirmou o padre Antônio Carlos Frizzo, subsecretário regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que representou os católicos na fase preparatória. O currículo não vai impor a doutrina particular de nenhuma igreja, mas ensinar a história e princípios éticos comuns a todas.

Rebatendo a objeção dos membros da comissão pela Secretaria da Educação, que em janeiro apresentou relatório desaconselhando a adoção do ensino religioso nas escolas, o padre Frizzo afirmou que o governo estadual não terá gastos suplementares com professores de religião. "A proposta é que sejam aproveitados professores da rede oficial ou voluntários."

Pela proposta do Mofic, os

candidatos à disciplina seriam recrutados de acordo com o interesse dos alunos e receberiam treinamento especial, com a assessoria de suas igrejas. "Estamos nos baseando na experiência de Santa Catarina e da cidade de São Paulo, onde o ensino religioso já foi implantado e funciona sem problemas", disse o subsecretário da CNBB. O convênio poderá se estender a outras igrejas que quiserem aderir.

A secretária da Educação, Rose Neubauer, que é contrária à adoção do ensino religioso, nomeou a comissão para estudar a questão no ano passado, depois de Covas cancelar um acordo assinado por seu antecessor, Luiz Antônio Fleury Filho, que garantia o acesso da Igreja Católica às escolas. A revisão do acordo pelo estado levou a CNBB a se unir a outras igrejas para um convênio mais amplo. O ensino religioso é previsto pelo Artigo 210 da Constituição, como disciplina de matrícula facultativa nos horários normais das escolas públicas.